

ARTIGOS

Varejo do futuro: inovações e desafios do Drex, a nova moeda digital do BC

*

Por Willer Marcondes e Luciana Medeiros

O lançamento da moeda digital do Banco Central, o Drex, promete abrir um novo capítulo para o setor varejista, com possibilidades de inovação em produtos e serviços, além de oportunidades de expansão de mercado no país e no exterior. Mas essa perspectiva vem acompanhada de desafios relacionados à infraestrutura, novos investimentos e preparação da força de trabalho.

Quais são as aplicações possíveis deste novo modelo de pagamento e como se preparar para essa nova era digital? A moeda digital poderá facilitar transações mais eficientes e seguras, reduzindo custos operacionais e eliminando intermediários. O varejo poderá oferecer novas modalidades de pagamento e financiamento diretamente aos consumidores.

Essa perspectiva é especialmente relevante quando se leva em conta os dados da pesquisa Mercado da Maioria, que indica uma demanda reprimida por crédito nas classes C, D e E. Segundo o estudo, 87% dos entrevistados aumentariam seu consumo se tivessem maior acesso a crédito.

O Drex poderia, portanto, ser uma ferramenta valiosa para captar esse potencial de mercado, oferecendo opções de crédito mais acessíveis e personalizadas.

Redução de custo do crédito

A moeda digital do BC é capaz de transformar o modelo de financiamento do varejo ao permitir a tokenização de itens de baixo valor - é o processo de converter direitos sobre bens em um formato digital, criando marcadores (tokens) que representam essas propriedades de forma segura e verificável. Esses tokens podem então ser usados como garantia em transações de crédito, diminuindo os riscos e os custos associados ao financiamento.

Por exemplo, ao financiar um veículo, o bem serve como garantia do empréstimo, embora envolva custos adicionais como taxas jurídicas e cartoriais. No entanto, aplicar esses custos para garantia de itens de menor valor, como uma televisão, pode não ser viável. A tokenização, no entanto, permite que mesmo bens de menor valor sejam usados como garantia, facilitando a renegociação ou mesmo a recuperação do bem.

Além disso, a capacidade do Drex de autenticar dispositivos e transações se estende à integração da Internet das Coisas (IoT) no varejo. Um exemplo claro é a gestão automatizada de compras domésticas por assistentes inteligentes, como a Alexa. É uma automação que requer autenticação precisa para confirmar que as ações são aprovadas pelo usuário correto e evitar erros, como pedidos feitos acidentalmente por crianças. Essa é uma das várias soluções práticas que o Drex oferece, ampliando a segurança e a eficiência nas operações de

varejo digital.

Pagamentos internacionais mais fáceis

Ao utilizar o conceito de criptomoeda, o Drex promete simplificar operações de pagamento internacionais, reduzindo a dependência de acordos complexos entre bancos centrais. Com protocolos mais ágeis e descentralizados, o Drex poderá facilitar o câmbio e as transações, beneficiando principalmente os marketplaces que importam ou exportam produtos. Isso poderá acelerar pagamentos, diminuir custos e expandir o acesso a mercados internacionais, transformando profundamente o varejo eletrônico.

Serviços inovadores com smart contracts

Os contratos inteligentes representam uma das inovações mais promissoras associadas ao Drex. Eles permitem a automação de contratos com garantias digitais, reduzindo a necessidade de intermediários e aumentando a confiança nas operações on-line.

É o caso dos programas de fidelidade. Por exemplo, é possível configurar um contrato inteligente para estabelecer que, se o cliente realizar cinco compras, ele automaticamente recebe um cashback ou um desconto especial. Esse processo é totalmente automatizado: o sistema verifica e cumpre as condições sem intervenção humana.

Também é possível criar ofertas personalizadas baseadas no comportamento do cliente. Por exemplo, se ele costuma comprar produtos específicos, o sistema pode oferecer automaticamente promoções personalizadas para esses itens ou liberar valores especiais de desconto para incentivar compras futuras.

Esse tipo de automação também se estende a garantias e liberações condicionais de pagamento. Se um produto requer confirmação de entrega, o pagamento pode ser retido até que o cliente confirme que o produto chegou conforme especificado. Isso aumenta a confiança do consumidor em transações on-line, especialmente em compras de valor mais alto.

Da mesma forma, é possível criar contratos associados a um plano de financiamento de 12 meses que dispense o pagamento da última parcela se as anteriores tiverem sido pagas em dia. Ainda, é possível agregar serviços às compras do consumidor. Por exemplo, a aquisição de três itens eletrônicos em um mês pode acionar a oferta de um seguro gratuito para esses produtos.

Tudo isso contribui para melhorar a experiência do cliente, resultando em maior lealdade e satisfação - uma poderosa ferramenta para os varejistas modernizarem suas operações, reduzirem custos e melhorarem seus serviços.

Esse aspecto se torna ainda mais relevante diante das mudanças nas expectativas dos consumidores, especialmente nas classes C, D e E, que, segundo a pes-

quisa Mercado da Maioria, estão cada vez mais valorizando a experiência de compra e a praticidade. A pesquisa revela que 92% dos entrevistados preferem marcas e lojas que proporcionem uma experiência de compra agradável, e 44% estão dispostos a pagar mais por isso.

Preparação do varejo para o futuro

O mercado só começará a entender plenamente as aplicações do Drex e começar a criar soluções baseadas na nova moeda digital a partir de 2025. A expectativa, no entanto, é que só em 2026 o uso do Drex se torne mais relevante e comum. As empresas devem encarar esse período como uma janela crítica de adaptação. Para capitalizar as oportunidades oferecidas, os varejistas precisam começar a se preparar agora. Isso inclui:

Definir uma estratégia para serviços financeiros: antes de se capacitar em novas tecnologias, é fundamental que as empresas do varejo estabeleçam uma estratégia clara para a oferta de serviços financeiros. Isso envolve compreender as necessidades financeiras dos seus clientes e como os serviços podem ser integrados às operações de varejo para agregar valor.

Investir em tecnologia e formação de equipes: desenvolver capacidades internas para entender e implementar soluções baseadas em blockchain e pensar em como integrá-las nas operações diárias do varejo. Esse aprendizado e adaptação tecnológica exigirão tempo e investimento, o que reforça a necessidade de começar essa preparação o quanto antes.

Adotar uma cultura de inovação: integrar práticas que encorajem a experimentação e a adoção de novas tecnologias.

Estabelecer parcerias estratégicas: colaborar com fintechs e startups tecnológicas para ter acesso a inovações disruptivas e adaptá-las às necessidades do varejo.

Fortalecer a infraestrutura: a transição para um sistema baseado em moeda digital exige robusta infraestrutura tecnológica. As empresas do varejo precisarão investir em sistemas de TI avançados e seguros para gerenciar as transações digitais e proteger contra fraudes e ataques cibernéticos. É um desafio que requer não apenas investimentos financeiros, mas também a adoção de uma cultura organizacional que priorize a segurança digital.

Com planejamento e estratégias adequadas, o varejo pode transformar os desafios dessa adaptação em oportunidades, oferecendo melhores serviços e produtos enquanto expande seu mercado de forma significativa.

* Willer Marcondes é sócio e líder de Advisory para a indústria de Serviços Financeiros da PwC Brasil

** Luciana Medeiros é sócia e líder de Consumo e Varejo da PwC Brasil

Um brado de São Paulo em favor da democracia

*

Por Artur Marques

Os 92 anos da Revolução Constitucionalista de 1932, celebrados em 9 de julho, demonstraram que não basta conquistar a democracia. É preciso cultivá-la a cada dia e preservá-la, por meio do exercício construtivo da política, discussão civilizada das divergências ideológico-partidárias, respeito às instituições e acatamento ao desejo e decisões da maioria, que é a essência do Estado de Direito. Tal alerta é pertinente, considerando que nas nove décadas subsequentes à luta dos paulistas contra a ditadura de Getúlio Vargas, o Brasil teve outro governo de exceção, ou seja, o regime militar, de 1964 a 1985, e sofreu ameaças de ruptura, como a invasão às sedes dos Três Poderes, em 8 de janeiro de 2023.

A análise da História permite entender melhor o cenário no qual se realizou a Revolução de 32 e suas consequências. Tudo começou no Golpe de 1930, quando, desrespeitando o resultado das urnas, Getúlio Vargas depôs o presidente da República em final de mandato, Washington Luiz, não permitiu a posse do sucessor eleito, o paulista Júlio Prestes, de quem havia perdido nas urnas, e implantou uma ditadura. Em meio às crescentes reivindicações de São Paulo por uma constituição e realização de eleições livres, a situação agravou-se em fevereiro de 1932, com o rompimento do Partido Democrático com Vargas. Formou-se a Frente Única Paulista, com a reaproximação dos antigos membros do Partido Republicano Paulista (PRP), que havia sofrido divisões em momentos anteriores.

A nova frente tornou-se porta-voz das reivindicações pela constituição nacional e eleições livres. Além disso, passou a articular um mo-

vimento armado contra o Governo Provisório. Na tentativa de acalmar a situação, Vargas nomeou um paulista de idade avançada, Pedro de Toledo, que morava no Rio de Janeiro, para ser o interventor civil do Estado. Quase ao mesmo tempo, apresentava-se o Código Eleitoral, em fevereiro de 1932, e se anunciavam novas eleições para maio de 1933. Mas, a situação ficou mais tensa quando Vargas autorizou que o município paulista de Vargem passasse para Minas Gerais.

Na ocasião, as faculdades de engenharia, direito e medicina tinham sociedades secretas e se reuniram. Vargas reconheceu oficialmente os sindicatos e legalizou o Partido Comunista, o que aumentou o índice de sua rejeição pelos paulistas. Em 23 de maio de 1932, durante um comício no qual se reivindicava a Constituição, na Praça da República, na Capital, a polícia da ditadura reprimiu os manifestantes, ocasionando a morte de quatro estudantes: Mário Martins de Almeida, Euclides Miragaia, Dráusio Marcondes de Souza e Antônio Camargo de Andrade. A sigla MMDC, com a inicial de seus nomes, passou a ser o símbolo da mobilização. Estava criado todo o contexto para a rebelião.

No dia 9 de julho começou a revolução, sob o comando do general Isidoro Dias Lopes, com a participação dos militares Bertoldo Klinger, Euclides de Figueiredo e o comandante da Força Pública, general Júlio Marcondes Salgado. Foi tomada a então 2ª Região Militar e o povo dirigiu-se aos quartéis pedindo armas. No dia 10 de julho, Pedro de Toledo, advogado e diplomata, foi aclamado pelo Exército e Força Pública como governador de São Paulo, que acabou sozinho na luta

pela Constituição, porque não ocorreu o prometido apoio de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul.

No dia 28 de setembro, São Paulo capitulou. Perdeu a guerra, mas ganhou a causa, pois em julho de 1934 foi promulgada uma Constituição democrática, com grandes avanços, incluindo o direito do voto feminino. Porém, em 1937, houve um retrocesso, com Getúlio Vargas impondo uma nova Carta Magna, conhecida como "Polaquilha", que vigorou até 1946, quando o Brasil passou a ter nova constituição inspirada no Estado de Direito, duradoura até o golpe militar de 1964, cujo regime de exceção estendeu-se até 1985.

Uma parte expressiva da memória da antológica Revolução de 1932 é guardada pela Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo (AFPESP), que nasceu em 1931, um ano antes do movimento, com o principal propósito de defender os servidores, lutar por seus direitos, a gestão democrática do poder público e a prevalência das liberdades individual e coletiva. Numa biblioteca com mais de 30 volumes e na Galeria "Jorge Mancini", mantemos viva, em nossas sedes na capital, a saga do brado paulista.

Preservar a História contribui para a construção de um futuro melhor. É sob essa perspectiva que também celebramos a Constituição de 1988, guardiã da democracia reconquistada pacificamente em 1985. Que seja perene e conduza sempre nosso país à prosperidade, ao bem-estar da população e à paz social!

*Artur Marques é o presidente da Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo (AFPESP).

Publicado por LC Benedito & Vicenzotti Ltda. - CNPJ: 68.282.656/0001-88

Diretor Geral: Luis Carlos Benedito - Fundação: 02/04/1999

Redação: (19) 3896-1581 - E-mail: jornalismo@jornalregional.net

Circulação:

Amparo - Artur Nogueira - Conchal - Cosmópolis - Engenheiro Coelho - Espírito Santo do Pinhal - Estiva Gerbi - Holambra - Itapira - Jaguariúna - Mogi Guaçu - Mogi Mirim - Paulínia - Pedreira - Santo Antonio de Posse

Serviço de atendimento ao assinante e assinatura: De segunda a sexta-feira, das 8h00 às 18h00

ENDEREÇO: Santo Antonio de Posse: Traves-

sa Joaquim Alves Barbosa, nº 65 - Centro

Central de Anúncios: (19) 3896-1581 | 3896-1916 - E-mail: comercial@lclider.com.br

COLABORADORES: O Regional abre espaço para os interessados em publicar seus artigos. Entre em contato pelo email: jornalismo@jornalregional.net

Os artigos publicados neste jornal são de total responsabilidade de seus autores e não refletem a opinião deste jornal. O Jornal O Regional se reserva ao direito de selecioná-los para publicação e fazer adequações à linha editorial. As correspondências sem identificação completa serão desconsideradas.